

CARLOS ASCENSO ANDRÉ
Universidade de Coimbra

TRILHOS DE EVASÃO
ESTRATÉGIA RETÓRICA DE SÉNECA,
NAS CONSOLAÇÕES AD HELVIAM E AD POLYBIUM¹

Avista-se, do cimo da escarpa, o mar. Embravecido ou não, pouco importa; a falésia abrupta e o gume dos rochedos tornam a ilha inacessível. A ilha. Terra bravia e madrastra, açoitada pela canícula, berço de aridez. Qualquer que seja o horizonte, é emblema de *secura*. Postado no cimo dos penedos, mais não sorve o filósofo que o odor da solidão, porventura confundido com maresia; espraie os olhos sobre o mar ou alongue-os sobre o solo ressequido, sobeja ao homem o tempo — tempo para lembrar, tempo para chorar, tempo para reflectir, tempo para se fortalecer ou sucumbir, tempo para sonhar, enfim, tempo para desenhar o caminho da evasão. Um trilho semeado de palavras, que é quanto lhe resta para se abalançar a novo percurso. Porque não?

Sabemos que Séneca, ao tempo da partida para a Córsega, não havia ainda concluído o longo aprendizado que deveria conduzi-lo à condição

¹ A presente reflexão surge no seguimento de dois trabalhos anteriores, dedicados, respectivamente, a Ovídio e a Cícero, autores cuja vida, como a de Séneca, foi marcada pela experiência do exílio, que deixou fundos vestígios na sua obra: C. A. ANDRÉ, «Uma planura ressequida: Ovídio e a poética do exílio»: *Biblos* 67 (1991) 77-101; IDEM, «Sementeiras de tristeza: Cícero, precursor das lágrimas ovidianas»: *Humanitas* 45 (1993) 155-192. O estudo comparado destes três nomes da história da literatura latina e da experiência que têm em comum, o desterro, não é inédito; já há largas décadas mereceu a atenção de H. M. R. LEOPOLD: *Exulum trias, siue de Cicerone, Ouidio, Seneca, exulibus*. Utrecht, Koch et Knuttel, 1905.

de *sapiens* — se é que esse percurso pode, alguma vez, dar-se por conclusivo. A sua adesão aos princípios elementares da filosofia estóica é antiga e não parece que tenha conhecido hesitações ou recuos; mas nem por isso terá sido menos tenaz a luta travada em meio das adversidades de que se forja a existência.

O exílio, como bem ilustram nomes representativos do estoicismo, nos quais terá, por certo, colhido parte considerável dos princípios doutrinários que veio a abraçar, era tema propício a um debate caro à *stóia*: a construção do *sapiens*, através da experiência de contrariedades e sofrimentos. A obra de Teletó, entre os antecessores de Séneca, ou as de Musónio Rufo, Díon Crisóstomo (ou de Prusa), Plutarco ou Favorino, entre os que lhe são posteriores, são férteis em exemplos².

Daí que Séneca, submetido a essa provação durante oito anos (41-49), sob alegação de adultério com Júlia Livila³, irmã de Calígula, tenha feito da sua própria experiência o ponto de partida para uma reflexão sobre o tema. Disso dá conta na consolação a sua mãe (*Ad Helviam de consolatione*), a qual, em boa medida, poderá também considerar-se uma espécie de autoconsolação; uma leitura atenta do texto permite, com alguma legitimidade, considerar o filósofo, simultaneamente, emissor e destinatário do seu próprio discurso, além de, naturalmente, seu objecto. Só assim se compreendem as contradições de que se encontra eivado, dado que nele coexistem, a par de afirmações de resistência e impassibilidade face à dor, consentâneas com o primado da razão, outras que deixam transparecer, não tão subtilmente como se poderia supor, manifestações de pesar e contrariedade, onde não escasseiam alguns *tópoi* característicos da literatura de exílio, pouco distintos dos que se nos deparam nas cartas de

² Vd. C. A. ANDRÉ, *Mal de ausência: o canto do exílio na lírica do Humanismo português*, Coimbra, Minerva, 1992, pp. 65-67, onde é feita uma breve síntese dos filósofos estóicos que ao assunto dedicaram alguma atenção. A orientação estóica de uma boa parte dos escritos sobre o exílio, anteriores e posteriores a Séneca, é mencionada por G. De VICO, «Premesse per una lettura delle *Consolationes* di Seneca»: *Giornale Italiano di Filologia* 8.4(1955)333-348. O tratamento do exílio na filosofia antiga foi largamente estudado por A. GIESECKE, *De philosophorum ueterum quae ad exilium spectant sententiis*, Leipzig, Typis B. G. Teubneri, 1891. Vd. também A. L. MOTTO and J. CLARK, «The development of the classical tradition of exile to Seneca»: *Mosaic* 8.3(1975)109-115.

³ Não cabe no âmbito deste trabalho analisar os eventuais motivos do exílio de Séneca. Sobre esse assunto, vd. H. W. KAMP, «Concerning Seneca's exile»: *The Classical Journal* 30.2(1934) 101-108. Uma excelente articulação entre vida e obra é a que resulta do estudo, já clássico, de Villy SORENSEN, *Seneca*, Roma, Salerno Editrice, 1988 (edição original, *Seneca, Humanisten ved Neros hof*, Copenhagen, 1976).

Cícero, escritas em idênticas circunstâncias, ou nas elegias compostas por Ovídio durante o seu desterro em Tomos.

Em tais aspectos nos deteremos mais adiante, para depois confrontarmos essa aparente contradição com os processos retóricos de que o autor faz uso em outro texto consolatório (*Ad Polybium*), o qual lhe tem custado violentas acusações de incoerência e indignidade⁴.

1. A ROBUSTEZ DO SAPIENS

Verdade seja que, ao dirigir-se a sua mãe, o filósofo acentua vincadamente os princípios que deveriam (sublinhe-se *deveriam*) orientá-lo (5.1):

nec secunda sapientem euehnt, nec aduersa demittunt

nem as condições benfazejas movem o sábio, nem as adversas o abatem.

Os princípios por que se rege, aliás, nesta estratégia consolatória, já antes os deixara enunciados (4.1):

Vincam autem, puto, primum si ostendero nihil me pati propter quod miseros ipse dici possim miser, nedum propter quod miseros etiam quos contingo faciam.

Hei-de triunfar, enfim, estou certo disso, primeiro, se demonstrar que nada padeço por força de que possa declarar-me infeliz; e, mais ainda, por força de que possa fazer infelizes aqueles que me envolvem.

Para evitar dúvidas, esclarece (4.2): não experimenta qualquer calamidade (*nihil me mali esse*); os males que o afligem não são insuportáveis (*non esse intolerabiles*); está certo de poder afirmar-se feliz (*beatus*), em circunstâncias que aos outros costumam fazer infelizes (*miseros*). E conclui: «não sou infeliz» (*me non esse miserum*), «nem, de modo algum, poderei vir a ser infeliz» (*ne fieri quidem me posse miserum*).

⁴ Diderot compara ambos os textos — a *Consolação a Hélvia* e a *Consolação a Políbio* — e conclui por uma certa incoerência entre ambos; enquanto o primeiro é uma manifestação do gênio de Séneca («il est érudit, naturaliste, philosophe, historien, moraliste, religieux, sans s'écarter de son sujet», vol. II, p. 162), o segundo, ou é obra de um espírito satírico ou revela um escritor obscuro e incoerente. Vd. D. DIDEROT, *Essai sur les règnes de Claude et de Néron, et sur les mœurs et les écrits de Sénèque*. Introduction par Roger Lewinther. Paris, Bibliothèque 10/18, 2 vols., 1972.

Os motivos que fundamentam esta crença, mais ditada por uma postura retórica do que verdadeiramente sentida e convicta, não se distinguem grandemente daqueles que haviam já enunciado os seus predecessores:

- O exílio não passa de uma mudança de lugar, uma *loci commutatio* (6.1);
- a mudança deve considerar-se, aliás, inerente à própria condição humana (6.8):

humanum animum, ex iisdem quibus diuina constant seminibus compositum, moleste ferre transitum ac migrationem puta, cum dei natura assidua et citatissima commutatione uel delectet se uel conseruet;

tem em conta que a alma humana, composta da mesma essência de que são formados os seres divinos, suporta com pesar a mudança e a migração, ao passo que a natureza divina se compraz e conserva em sucessivas e rápidas mudanças;

- é característico dos próprios povos um incessante nomadismo (7.1), de tal forma que a mudança é uma constante da vida e do universo (*cotidie aliquid in tam magno orbe mutatur*);
- ora, tais migrações de povos e gentes mais não são do que públicos exílios ou exílios colectivos (*publica exsilia*);
- a história é, ela mesma, fértil em exemplos — Tróia foi semente de múltiplos desterramentos (7.6), e Eneias, o fundador de Roma, era também um exilado (7.7);
- acresce, por outro lado, que as mudanças são bem menos profundas do que, por vezes, se afirma, na medida em que, «para onde quer que nos encaminhemos, a mesma é a natureza de que nos cabe desfrutar» (*quocumque uenimus, eadem rerum natura utendum est*); e, além disso, sempre carregamos connosco o nosso carácter, a nossa individualidade (8.1-2);
- influenciado, talvez, pela velha máxima atribuída a Anaxágoras e reproduzida por Cícero nas *Tusculanas*⁵, sustenta que, onde quer que o homem se encontre, é igual a distância que do céu o separa, a distância que entre si e o divino se interpõe (8.5);
- daí que a alma não possa jamais ser desterrada, pelo facto de comungar da natureza divina e, nesse sentido, ser parte integrante de um universo espacial e de um universo temporal (11.7);

⁵ *Tusc.* 1.43.104.

- sentir a falta da pátria, portanto, não é insuportável, tanto mais que essa é a situação de multidões e multidões que povoam as grandes cidades, gentes deslocadas da terra natal pelos mais díspares motivos — a ambição, um cargo público, o desempenho de missões, a luxúria, o estudo, a procura de espectáculos, a amizade, a busca de sucesso, a exibição de beleza ou de eloquência;
- por isso, seja em Roma, seja nas cidades circunvizinhas, chega a ser bem maior o número de estrangeiros que de naturais.

Tais princípios, como se disse, herdou-os Séneca da filosofia estóica, cujos cultores, pelo menos desde Teleteo, largamente os haviam debatido e sustentado. Neles, de igual modo, se terá inspirado para, em consonância com esses pontos de vista, rebater, um por um, os pressupostos da opinião vulgar, no que diz respeito às contrariedades (*incommoda*) do exílio: a pobreza, a ignomínia, a rejeição (6.1).

Em suma, rematará o filósofo, em jeito de conclusão, a mudança é a condição última da ventura humana:

Ita fato placuit, nullius rei eodem semper loco stare fortunam.

Assim aprove ao fado: que a fortuna, seja do que for, se não detenha sempre em um mesmo lugar.

Esta parece ser, portanto, a estratégia adoptada por Séneca na consolação que endereça a sua mãe, com o objectivo confessado de lhe minorar a dor causada pela sua ausência forçada na Córsega. Como se vê, uma estratégia de efeito, em boa medida, especular: os argumentos aduzidos, se poderão lograr êxito junto da destinatária do texto, serão, igualmente, sobremaneira úteis ao seu autor/destinador, por ser ele próprio, desde logo, quem, com maior acuidade, experimenta a situação de que fala.

Uma tal leitura, forçoso é reconhecê-lo, implica, em si mesma, uma acusação de incoerência; se o filósofo tinha necessidade de se autoconvencer de quanto à mãe enuncia, é porque, no fundo, a experiência lhe pesava, é porque a dor o atormentava, é porque o sofrimento lhe era penoso; isto é, o exílio, afinal, era uma contrariedade pouco fácil de suportar.

Seria assim?

Um olhar demorado sobre a consolação *Ad Heluiam* revelará, talvez, que, de facto, assim era.

A consciência da dor e da desgraça atormenta o filósofo, que não consegue disfarçar as contrariedades e angústias que experimenta no quotidiano da vida na Córsega. O modo como descreve a sua existência, os lugares que o rodeiam, as condições em que vive, não diferem muito de

quanto Ovídio, antes de si, dizia de Tomos, ou do que Cícero proclamava em relação às agruras que o dilaceravam durante o seu breve desterro. Desta forma, se é lícito antecipar aqui uma conclusão, Séneca, ao mesmo tempo que confortava a mãe, veiculava, junto de outros eventuais destinatários, o retrato de uma vida penosa, o mesmo é dizer, transmitia subtilmente um apelo a que fosse posto cobro à condenação.

Lido o texto a esta luz, menor será, porventura, a tão investivada contradição do outro texto consolatório, *Ad Polybium*, de que adiante se tratará.

2. UM ROSTO FIRME, MAS DILACERADO

Regressemos, porém, a *Ad Helviam*. Diversos são os passos em que transparece um quadro pessimista, uma imagem de desolação. O objectivo, é verdade, será dizer à mãe que, não obstante tudo isso, o *sapiens* resiste; mas não é menos verdade que o retrato fica feito — o quadro que o autor pinta da sua situação, um quadro de sombras⁶.

Assim acontece, convenhamos, logo desde o início, quando afirma que, antes de se dirigir a Hélivia, sentiu necessidade de *consurgere*, ou seja, de reagir, erguer-se da prostração em que tombara. É, pois, com esforço que se empenha em consolar a mãe, a qual, agora, consome o tempo a *lugere uiuos*, a «prantear vivos»⁷.

Reconhece, por isso, que o golpe que sobre si desferiram é terrível e dilacera o ser no mais fundo de si mesmo (3.1):

Grauiissimum est ex omnibus quae umquam in corpus tuum descendunt recens uulnus, fateor. Non summam cutem rupit; pectus et uiscera ipsa diuisit.

É bem o mais penoso de todos quantos alguma vez atingiram o teu corpo, este golpe recente, eu o reconheço: não rasga apenas à superfície da pele, dilacera o coração e as próprias entranhas.

⁶ Apesar da sua propensão estóica, o peso de condicionalismos pessoais é visível amiúde na obra de Séneca. Vd., a este respeito, F. GIANCOTTI, «Il posto della biografia nella problematica seneciana»: *Atti della Accademia Nazionale dei Lincei*, serie VIII, 8(1953)52-68, 102-118, 238-262.

⁷ A *Consolação a Hélivia*, de resto, é um exemplo manifesto de como o sentimento pode estar presente em argumentação de natureza estóica, sem que isso signifique necessariamente contradição ou incoerência (vd. C. FAVEZ, «Le sentiment dans les Consolations de Sénèque»: *Mélanges Paul Thomas*, Brügge, Imprimerie Sainthe Catherine, 1930, 262-270).

É, portanto, «natural levar socorro aonde existe sofrimento», conforme insiste, já perto do fim (20.1).

A maior semelhança com os *tópoi* da literatura de exílio, porém, verifica-se ao nível da caracterização dos lugares onde, a contragosto, é forçado a viver. A Córsega não seria, de todo em todo, terra inóspita, árida, agreste; não tanto, pelo menos, quanto deixam perceber as palavras de Séneca que, neste particular, faz uso da *amplificatio*, processo corrente em Ovídio e em Cícero, em obediência a uma estratégia compreensível: obter compaixão e, deste modo, alcançar a revogação da pena ou, no mínimo, a mudança para sítio menos remoto⁸.

Uma sucessão de perguntas retóricas traça o retrato de um lugar árido, escarpado, estéril, inóspito, horrendo, de clima agreste (6.5):

Quid tam nudum inueniri potest, quid tam abruptum undique quam hoc saxum? Quid ad copias respicienti ieiunius? Quid ad homines imansuetius? Quid ad ipsum loci situm horridius? Quid ad caeli naturam intemperantius?

Que lugar pode achar-se tão despido, que lugar tão escarpado de todos os lados, como esta penedia? Que lugar mais árido ao olhar, em matéria de recursos? Que lugar mais agreste, no que respeita aos habitantes? Que lugar mais horrído no que toca à própria situação? Que lugar mais inclemente quanto à natureza do clima?

Este é um quadro que retoca repetida e insistentemente, sempre com cores negativas:

- Os primitivos habitantes, de origem grega, teriam trocado a ilha por Marselha, fosse por causa da inclemência do clima, fosse devido à quase inacessibilidade da costa escarpada (7.8).
- Por isso, tantas vezes, ao longo da história, a Córsega viu mudar a população, incapaz de permanecer largo tempo em penhascos tão inóspitos (7.9).
- No que toca a recursos, o retrato não evidencia menor crueza (9.1):

At non est haec terra frugiferarum aut laetarum arborum ferax; non magnis nec nauigabilibus fluminum alueis irrigatur; nihil gignit quod

⁸ O uso da *amplificatio* com a finalidade de obter clemência é corrente em Ovídio, cuja obra, nesta matéria, poderá ter influenciado Séneca. Vd. a este respeito: J. J. GAHAN, «Seneca, Ovid, and exile»: *Classical World* 78.3(1985)145-147 e R. I. PIERINI, «Echi delle elegie ovidiane dall'esilio nelle *Consolationes ad Heluiam* e ad *Polybium* di Seneca»: *Studi Italiani di Filologia Classica* 52(1980) 109-143.

aliae gentes petant, uix ad tutelam incolentium fertilis; non pretiosus hic lapis caeditur, non auri argentique uenae eruuntur.

Esta terra, porém, não produz árvores, nem de fruto nem verdejantes; não é banhada por correntes de rios, nem grandes nem navegáveis; nada produz que outros povos cobicem; a sua fertilidade, a custo basta aos que a habitam; não se extrai dela qualquer pedra preciosa, não brotam dela veios de ouro ou prata.

Volvido algum tempo, como adiante se verá, a disposição de Séneca e o modo como olha as condições em que vive não hão-de sofrer mudança de vulto. Na *Consolação a Políbio*, de facto, queixar-se-á da inércia em que vegeta e — outro dos *tópoi* da literatura de desterro — de uma quase solidão, pois é-lhe praticamente impossível a comunicação com aqueles que o rodeiam, bárbaros e incapazes de manter uma conversa em latim (*Ad Pol.* 18.9).

Em *Ad Heluam*, portanto, onde a intenção seria confortar o destinatário — a própria mãe —, face à dor provocada pela perda do filho, condenado a longínquo desterro, tais afirmações não podem deixar de considerar-se reveladoras de alguma incoerência e contradição. Se o objectivo era provar a justeza do pensamento estóico no que à dor do exílio diz respeito, há que reconhecer que a revelação tão dorida dos padecimentos sofridos não será a melhor forma de o atingir. Pode, é certo, vislumbrar-se uma estratégia semelhante à de Cícero e Ovídio, que a *Consolação a Políbio* eventualmente poderá corroborar: suscitar compaixão e, desse modo, obter a revogação ou atenuação da pena. Seja como for, a verdade é que a robustez do estóico conhece, aqui, brechas consideráveis. Não deixam, por isso, de ter razão aqueles que apontam forte fragilidade no comportamento de Séneca durante o seu desterro, dificilmente suportado.

Ou seja, o *sapiens* não logrou, neste aspecto, sobrepor-se ao homem comum. O que, valha a verdade, em nada o desabona⁹. E isso, de certa forma, explica uma outra contradição — aquela que existe entre a filosofia de Séneca e a sua poesia datável desta mesma época, composta nestas mesmas circunstâncias.

⁹ Esta é também a opinião de DIDEROT, no tocante à *Consolação a Hélvia*; depois de longa argumentação, onde pretende justificar a componente emotiva do texto, conclui: «Censeurs, ne vous montrez pas si sévères, car je ne vous croirai pas meilleurs» (*op. cit.*, p.79).

3. ESBOÇO DE UM CANTO MELANCÓLICO

A poesia atribuída a Sêneca é, como se sabe, de autenticidade duvidosa. Casos há em que a autoria senequiana é facilmente admitida pela crítica, outros em que se torna bem menos seguro aceitá-la.

Não é este o lugar, nem o momento, para abordar essa debatida questão. Assim, por escassez de tempo e comodidade de procedimento, aceitam-se aqui como válidos os argumentos aduzidos por K. P. Harrington e por H. Bardon, e tomam-se como autênticos os poemas publicados por L. Herrmann e por C. Prato¹⁰. O mesmo L. Herrmann, entretanto, no ano imediato ao da sua edição dos epigramas, veio a divulgar uma outra elegia hipoteticamente da mesma época, mas de autenticidade mais duvidosa¹¹. É um texto de escasso valor poético, monótono até à exaustão e que nada acrescenta ao que os outros já ilustram. Por assim ser, e porque a sua autenticidade é, mais ainda que a dos restantes, discutível, a prudência recomenda que não seja tido, aqui, em consideração.

Nos poucos poemas que podem, com alguma margem de segurança, datar-se da época do exílio, é visível a prostração, o queixume e o desalento do «poeta», a patentear uma visão profundamente pessimista da sua situação e do contexto que o envolve. Uma vez mais, os *tópoi* de matriz ovidiana e ciceroniana são recorrentes. Vejamos:

- A terra é bárbara, terrível, horrída, deserta, estéril, e o vigor da canícula torna o Verão dificilmente suportável:

*Corsica terribilis, cum primum incanduit aestas,
saeuior, ostendit cum ferus ora Canis.*

Córsega, terrível, assim que se incendia o Estio,
mais cruel ainda, quando exhibe o rosto o impiedoso Cão¹².

¹⁰ K. P. HARRINGTON, «Seneca's epigrams»: *Transactions and proceedings of the American Philological Association* 46(1915)207-215; H. BARDON, «Les épigrammes de l'Anthologie attribuées à Sénèque le philosophe»: *Revue des Études Latines* 17(1939)63-90. Este autor, no entanto, confessa a inevitável insegurança na matéria e recomenda «une leçon de méthode et prudence» (p. 89). Os poemas eventualmente datáveis dos anos do exílio foram editados por L. HERRMANN, *Douze poèmes d'exil de Sénèque et vingt-quatre poèmes de Pétrone, regroupés et traduits*, Bruxelles, Latomus — *Revue d'Études Latines* (Collection Latomus 22), 1955. Essa é a edição aqui utilizada, em confrontação com a de C. PRATO, *Gli epigrammi attribuiti a L. Anneo Seneca*, Roma, Edizioni dell'Ateneo, 1964. Vd. ainda o estudo estilístico de L. PEYRANI, *Gli epigrammi di Seneca*, Torino, G. B. Paravia & C., 1938.

¹¹ L. HERRMANN, «Une élégie de Sénèque?»: *Latomus* 15(1956) 193-205.

¹² L. HERRMANN, p. 22; C. PRATO, p. 40), v. 5-6.

— A costa, abrupta, é praticamente inacessível; de toda a parte a envolvem altas penedias e perigosas escarpas.

Olhemos, a título de exemplo, um dos epigramas, onde estes múltiplos elementos se interseccionam, para desembocar, depois, em uma espécie de clamor, a exhibir claramente o desalento que invade o filósofo-poeta nas horas de pessimismo, quando olha em volta e cada vez mais se lhe acentua a consciência amargurada da sua condição de desterrado¹³:

*Barbara praeruptis inclusa est Corsica saxis,
horrida, desertis undique uasta locis.
Non poma autumnus, segetes non educat aestas
canaque Palladio munere bruma caret.
Imbriferum nullo uer est laetabile fetu
nullaque in infausto nascitur herba solo.
Non panis, non haustus aquae, non ultimus ignis;
hic sola haec duo sunt: exul et exilium.*

Bárbara, a Córsega encerra-se adentro de escarpadas penedias;
hórrida, um imenso deserto, repleto de lugares ermos.
Não produz frutos o Outono nem searas o Verão,
e o Inverno embranquecido não possui os dons de Palas.
A chuvosa Primavera não traz qualquer prazer com o desabrochar da natureza,
e nenhuma erva desponta no solo sinistro.
Não existe pão, não existe um veio de água, não existe, enfim, o fogo;
aqui, só estas duas coisas existem: o desterro e o desterrado.

A tanto se circunscreve, pois, a vida do condenado — o exílio, penoso. Não se lhe peça, por isso, que envergue a máscara austera do estóico, que exhiba um rosto impassível. Não. Ante condições adversas, desvela o seu rosto humano, dilacerado pela angústia e pela dor; daí um pranto incontido, não muito diferente das lágrimas ovidianas, que ao poeta de Tomos tolhiam a inspiração e manchavam o papel.

Resta-lhe a memória, o conforto de que deita mão quando olha as ravinas sobranceiras ao mar; vêm-lhe, então, à lembrança os amigos de outrora, que em Roma ficaram:

*Antiquae iaceo saxis telluris adhaerens,
mens tecum est, nulla quae cohibetur humo.*

¹³ L. HERRMANN, p. 22-23; C. PRATO, p. 42.

Jazo amarrado à penedia de uma região antiga;
o coração está contigo, pois de nenhuma terra é prisioneiro¹⁴.

Prostrado pelo desalento, não vislumbra solução e perde a esperança; nesses momentos, quando o desespero dele se apodera, agudiza-se uma espécie de consciência de cadáver, misto de auto-retrato e de desejo (outro dos *tópoi* da literatura ovidiana e, já antes, das cartas de Cícero):

Viuorum cineri sit tua terra leuis!

Que às cinzas dos vivos seja leve a tua terra!¹⁵

Não é apenas Roma, no entanto, que lhe aflora à lembrança, a inundar-lhe de lágrimas o rosto e os versos; a nostalgia de que se tecem as horas de solidão é feita também de paragens mais longínquas, dos lugares de infância, da terra que o viu nascer. A breve elegia onde evoca Córdova é, de alguma forma, paradigmática, pois nela converge parte considerável dos elementos que definem um estado de espírito melancólico e triste, dorido e pessimista¹⁶:

*Corduba, solue comas et tristes indue uultus,
inlacrimans cineri munera mitte meo.*

Córdova, solta os cabelos e recobre de tristeza o teu rosto!
entre lágrimas, envia oferendas às minhas cinzas.

Estes são apenas alguns exemplos de uma tristeza exacerbada, próxima dos queixumes monótonos de tantos outros desterrados. No seu conjunto, todos eles se incluem na lista de *tópoi* da literatura de exílio, vindos já das cartas de Cícero, para, mais tarde, adquirirem estatuto poético na pena de Ovídio, banido para os confins do Império: solidão; terra bárbara e primitiva; solo estéril; clima impiedoso, insuportável, marcado por excessos; apelo à clemência; lembrança dos amigos; pranto incessante; morte, como consciência ou como desejo¹⁷.

¹⁴ C. PRATO, p. 50, v.11-12.

¹⁵ Epigrama 2.5: L. HERRMANN, p. 22; C. PRATO, p. 40.

¹⁶ L. HERRMANN, p. 21; C. PRATO, p. 52.

¹⁷ Vd., em relação aos *tópoi* mais correntes na literatura de exílio, C. A. ANDRÉ, *Mal de ausência: o canto do exílio na lírica do humanismo português*, cit., p. 47-55. Duas obras, em especial, merecem singular referência, entre a vasta bibliografia aí citada: J. STRELKA, «*Topoi der Exilliteratur*»: *Zeitschrift für Deutsche*

Os restantes poemas atribuídos a Sêneca confirmam esta leitura; em boa parte deles, perpassa a desolação e o sofrimento. Nada permite, porém, afirmar que terão sido compostos na Córsega, pelo que é preferível adoptar uma atitude bem mais prudente ainda do que no tocante aos que acabaram de ser citados. A mesma, aliás, que deve imperar no que respeita à elegia dedicada à *spes*¹⁸, cuja nota mais saliente é a monotonia e a escassez de qualidade poética.

O mesmo se não dirá, no entanto, de alguns epigramas, entre eles os que acima se mencionam. Aí, é evidente a forte carga emotiva que o poeta e filósofo concentra nos seus textos, reveladora de um estado de alma próximo do desespero, dificilmente compatível, sem dúvida, com os preceitos da doutrina estóica que o autor abraçava e que recomendava, por exemplo, a sua mãe.

Quem escreve os poemas, todavia, por reduzido que seja o valor literário de tais versos, é o poeta (ainda que pouco mais que um pretenso poeta), não o filósofo. E não será legítimo, por certo, pedir a quem se abalança ao canto que oculte as emoções e angústias que o dilaceram. Já Cícero, também ele um aprendiz de *sapiens*, não lograra disfarçar dor idêntica nas cartas do desterro; para não falar de Ovídio, que hiperbolizara o sofrimento, nos poemas de Tomos, cantando-o até à exaustão, em queixume monótono e infindo que a crítica, por via de regra, lhe não viria a perdoar.

A verdade, porém, é que a contradição de Sêneca é bem mais aparente do que real. Como fica demonstrado nas páginas anteriores, já na consolação a sua mãe, escrita em obediência, segundo tudo leva a crer, a princípios de matriz estóica, porquanto destinada a ensinar os caminhos da robustez perante a dor e a adversidade, já aí Sêneca mal consegue disfarçar uma visão acentuadamente disfórica da situação em que era forçado a viver, prova segura de que, por muito que pretendesse aparentar o contrário, ela o afectava no mais íntimo de si mesmo.

Isso não significa, em todo o caso, que se não empenhe na busca de soluções para fazer frente aos males que o afligem; procura-as, sem dúvida, numa atitude filosófica de contornos bem definidos, como a seguir se verá.

Philologie 100(1981) 219-232; M. BONJOUR, *Terre natale. Études sur une composante affective du patriotisme romain*. Paris, «Les Belles Lettres», 1975.

¹⁸ L. HERRMANN, p. 37-40; C. PRATO, p. 58-64.

4. A SOLUÇÃO ESTÓICA

As duas consolações escritas na Córsega, durante o desterro, visam, como se sabe, minorar o sofrimento alheio: *Ad Helviam* tem por destinatária a mãe do filósofo e pretende levá-la a reagir à dor provocada pela condenação e subsequente ausência forçada do filho; o destinatário de *Ad Polybium* é uma das mais destacadas figuras da corte imperial, e a consolação tem por finalidade confortá-lo em momento difícil, após a morte de um irmão.

Ambos os textos, portanto, são destinados a outrem. Seja. Mas é difícil resistir à tentação de vislumbrar neles, em simultâneo, um certo esforço de autoconsolação. Esta poderá ser uma importante chave para a leitura de um e outro: Séneca, ao configurar um determinado número de mecanismos de resistência à dor, para os recomendar à mãe e a Políbio, respectivamente, estaria, ao mesmo tempo, a produzir doutrinação para si próprio. Assim, a estratégia da consolação volve-se em mecanismo de autoconsolação.

Um passo da *Consolação a Políbio*, a seguir transcrito, é um exemplo sugestivo. Ao invés da segunda pessoa, como é usual nos textos desta natureza, recorre-se à primeira pessoa do plural, a deixar indeterminado o sujeito; mas não será tal indeterminação um modo deliberado de o autor se incluir a si próprio? De alguma forma, estas palavras podem ser lidas (pese embora o carácter pouco eclético da expressão) sob o efeito do *boomerang* — endereçadas a outrem, fazem recair o seu efeito sobre quem as escreve¹⁹:

Diutius accusare fata possumus: stant dura et inexorabilia. Nemo illa conuicio, nemo fletu, nemo causa mouet; nihil umquam ulli parcut nec remittunt. Proinde parcamus lacrimis nihil proficientibus; facilius enim nos illis dolor iste adiciet quam illos nobis reducet. Qui, si nos torquet, non adiuuat, primo quoque tempore deponendus est, et ab inanibus solacii atque amara quadam libidine dolendi animus recipiendus est.

Largamente podemos acusar os fados, mas não podemos alterá-los: permanecem firmes e inexoráveis. Ninguém os move à força de clamores, ninguém os move à força de pranto, ninguém os move à força de argumentação; jamais perdoam a alguém, jamais desculpam. Poupemos, portanto, as lágrimas, que de nada valem; mais facilmente esta dor nos há-de lançar junto deles [aqueles que já partiram], do que trazê-los de volta até nós. A dor, se nos atormenta, não é útil — há que abandoná-la desde logo; contra vãos refrigérios e um certo prazer amargo de padecer, deve a alma precaver-se.

¹⁹ *Ad Pol.* 4.1.

Endereçada a Políbio, eis uma advertência que vale igualmente para quem a escreve. Com alguma dificuldade em adaptar-se à situação penosa em que vivia, o filósofo, por certo, relia-se no ânimo que visava insuflar no seu destinatário. Não é por acaso, aliás, que refere amiúde a Córsega e o seu desterro, para, de algum modo, se comparar, na dimensão do desgosto, àquele a quem pretendia reconfortar.

Perguntar-se-á, então, porque jamais se ocupa Séneca directamente do seu próprio caso, isto é, porque não passa a escrito as reflexões que ele eventualmente lhe suscitaria, traduzidas em autodoutrinação. A essa dúvida, ele mesmo responde: é que o sofrimento de quem padece pelos seus próprios males é moralmente reprovável, pois somente é digna a dor que tem em outrem a motivação (*Ad Pol.* 9.1).

É a partir de tais pressupostos que se abalança à consolação, seja de Políbio, seja de sua mãe. A atitude que recomenda decorre dos postulados estóicos em que assenta a *apátheia* — antes de mais, urge buscar a superação de uma forma racional; só o primado da razão logra fazer face a um destino adverso²⁰.

Se percorrermos, no entanto, ambas as consolações, verificamos que não são muito férteis em doutrinação; Séneca detém-se mais largamente a falar do seu caso pessoal do que a inventariar soluções que possam ser de utilidade para os destinatários.

A Hélvia opta por convencê-la, como se viu, de que não há motivo para sofrer. E mostra-se confiante no tempo (*mora*) como remédio (*Ad Hel.* 1.2).

A habituação à dor, afirma, na esteira dos filósofos da *stóia*, é uma das mais salutares vias de robustecimento (*Ad Hel.* 2.3):

Vnum habet assidua infelicitas bonum, quod quos semper uexat nouissime indurat.

Possui apenas um lado positivo o infortúnio repetido — é que, àqueles a quem oprime, ao fim e ao cabo, robustece-os.

A Políbio, por seu turno, recomenda a filosofia como solução; um remédio, convenhamos, que serve também para si próprio (*Ad Pol.* 18.1):

Tibi uero nihil ex consuetudine mutandum est tua, quoniam quidem ea instituisti amare studia quae et optime felicitatem extollunt et facillime

²⁰ Uma boa síntese sobre os ideais estóicos de Séneca pode ler-se em M. A. FATIMA MARTIN SANCHEZ, *El ideal del sabio en Seneca*. Córdoba, Publicaciones de la Excm. Diputación Provincial de Córdoba y Monte de Piedad y Caja de Ahorros de Córdoba, 1984.

minuunt calamitatem, eademque et ornamenta maxima homini sunt et solacia. Nunc itaque te studiis tuis immerge acrius, nunc illa tibi uelut munita animi circumda, ne ex ulla tui parte inueniat introitum dolor.

Nenhum dos teus hábitos, pois, deves alterar, porquanto determinaste dedicar-te ao estudo, o qual tão bem produz a felicidade e tão facilmente atenua a desgraça, e é, à uma, o melhor adorno e o maior conforto para o homem. Agora, pois, mergulha nos teus estudos com mais intenso ardor, agora, lança em torno de teu coração como que uma muralha, de modo a que, em parte alguma de ti, descubra a dor uma brecha.

Não vai muito mais longe, entretanto, nesta reflexão. Por muito que pretenda afirmar-se o contrário, os escritos de Sêneca, durante o período do exílio, não estão em perfeita sintonia com os que o antecederam ou lhe sucederam na doutrina a que aderiu. Conhece-lhes os princípios, reflecte-os, enumera-os para consumo alheio, mas, aparentemente, sem grande convicção. A sua própria situação pessoal, como sucedera já com Cícero, impôs-lhe como que uma pausa, uma espécie de período de suspensão nas convicções filosóficas.

Incoerência? Será, talvez, uma acusação demasiado simplista e dura. Não esqueçamos que, privado do convívio com Roma, Sêneca estava também impossibilitado de influenciar o jogo do poder — e esse era também um imperativo do comportamento estoíco. Assim, ao mesmo tempo que o homem, *quo homine*, padecia, o filósofo sentia-se diminuído. Desenvolver esforços no sentido de obter o regresso, a reintegração plena na comunidade, a capacidade de influenciar a história, digamos, a intervenção plena, activa e eficaz na comunidade, trabalhar nesse sentido não é incoerência tão grande como pode parecer. Ou será que deixar cair os braços, como parecem advogar os que acusam Sêneca de fragilidade, não seria, do mesmo modo, uma atitude incoerente?

Mais do que fraqueza, o que Sêneca exhibe poderá ser uma lúcida e bem urdida estratégia de libertação. A essa luz se deverá ler a *Consolação a Políbio*, tantas vezes considerada indigna do pensamento senequiano e reveladora de incompreensível debilidade.

5. AD POLYBIUM — INCOERÊNCIA OU ESTRATÉGIA DE LIBERTAÇÃO?

Não é sem acentuada perplexidade que a crítica, ao longo dos séculos, tem olhado a *Consolação a Políbio*. Não faltou, até, entre os detracto-

res, quem pusesse em causa a sua autenticidade²¹. Diderot, por exemplo, tentado a assumir essa posição, não deixou de sublinhar o enorme fosso que a separa da restante produção do autor e a visível contradição entre ela e o pensamento do filósofo. Na melhor das hipóteses, diz, poderá aceitar-se a autoria senequiana, se o texto for entendido como fruto de um bem arquitetado propósito de ironia, o mesmo é dizer, mais como sátira do que como consolação²².

O espanto da crítica é, sem dúvida, justificado. *Ad Polybium*, endereçada a um valido do Imperador, faz, aparentemente, pelo menos, largo uso da lisonja e da adulação, de tal forma que patenteia um espírito de subserviência de todo em todo incompatível com os princípios doutrinários que o seu autor postulava. Momento de fraqueza por parte de um homem sujeito ao revés do afastamento da corte e do poder? Fragilidade própria do homem, mas imprópria do filósofo, ainda por cima estóico? Diderot chega a admitir também uma tal possibilidade, posto que venha a preteri-la em favor da interpretação a que acima se aludiu.

Uma e outra hipóteses são viáveis; e a leitura privilegiada pelo pensador francês tem a vantagem de ilibar Séneca da suspeição de incoerência.

Talvez não seja legítimo, no entanto, reduzir a estas duas as hipóteses interpretativas da controversa consolação; além do mais, porque ambas documentam uma visão excessivamente parcial e redutora, na medida em que se detêm, em exclusivo, em um dos aspectos: a lisonja e a adulação, seja a Políbio, seja ao Imperador. Acontece que outras linhas de leitura são possíveis, a partir de diversos elementos que com este coexistem: a teorização política, embora insipiente, a súplica, a descrição da Córsega e da vida que ali é forçado a viver.

É a junção destes múltiplos factores que permite sugerir uma concepção diferente, para a qual, aliás, a *Consolação a Hélvia* já apontava: uma estratégia de absolvição ou libertação.

A lisonja é quase uma evidência desde o início, se é que os passos onde mais se acentua não foram escritos apenas sob o signo da ironia.

Assumindo deliberadamente, por artifício retórico, a solidariedade com o seu destinatário (*ipse hanc litem meam faciam* — ‘vou tomar como

²¹ Hoje, é quase nula a contestação da autenticidade de *Ad Polybium*, ao contrário do que sucedeu no passado. Vd. M. GALDI, «Sulle *Consolationes* di Seneca (note ed appunti)»: *Athenaeum*, nuova serie 6(1928)220-248, o qual se pronuncia inequivocamente pela autoria senequiana, depois de elaborar uma breve lista dos seus detractores.

²² DIDEROT, *op. cit.*, vol. II, p. 191. O pensador francês chega a comparar Séneca, neste texto, a Maquiavel: «Je trouve le caractère de la satire plus marqué dans la *Consolation a Polybe* que dans le *Prince* de Machiavel.»

meu este pleito'), Sêneca invectiva a Fortuna, que o acometeu de modo tão violento, ao arrebatá-lo o irmão, o único golpe que sobre ele poderia ser infligido, pois o seu carácter era imune a outros. Políbio, de facto:

- a) É insensível à sedução das riquezas (2.3);
- b) não lhe faltam amigos, que procuram a sua companhia, não por interesse, mas pelo prazer do convívio (2.4);
- c) goza de excelente reputação (2.5);
- d) possui resistência inabalável, robustecida no estudo (2.5);
- e) é igualmente insensível à perda da própria vida, pois a morte mais não faria do que garantir-lhe a imortalidade, graças à grandeza da sua obra, fruto de um engenho ímpar.

O encómio, em suma, é de tal ordem que o exagero de que se encontra eivado é motivo bastante para que duvidemos da sua sinceridade. O que se sabe do válido de Cláudio não abona este tipo de afirmações; e o ressentimento que o próprio Sêneca deveria nutrir contra o séquito imperial, a cuja influência não seria alheia a condenação de que fora vítima, faz desconfiar da convicção de tais palavras.

O elogio, todavia, estende-se ao próprio Imperador, ou seja, a quem, em última análise, o abateu:

- Deseja-lhe longa vida, tão longa como a do próprio Augusto (12.5);
- vaticina-lhe brilhantes triunfos, semelhantes aos do fundador do Império (12.5 e 13.2).

Por detrás da adulação, no entanto, esconde-se, subtilmente, um apelo à clemência, como adiante se verá, pois é exactamente a *clementia* que mais detida e marcadamente é celebrada.

Voltemos, porém, à lisonja a Políbio. Que ela não é isenta de ironia, provam-no alguns excessos, mais evidentes ainda do que os citados:

- Afiança ter sido no exemplo de Políbio — marcado pela moderação — que o irmão, agora falecido, forjara a sua personalidade (*ad exemplum se modestiae tuae formauerat*); de facto, acrescenta, o destinatário é o *ornamentum* de toda a família (3.2).
- Celebra-lhe as qualidades literárias, como tradutor de Homero e Virgílio, é certo que para lhe recomendar grandeza de alma semelhante à das personagens de tais cantos. Mas, a concluir

esse passo, recorre a palavras por demais ambíguas, nas quais é impossível não vislumbrar acentuada dose de ironia (11.6):

*Ne commiseris ut quisquis exempto modo scripta tua mirabitur quae-
rat quomodo tam grandia tamque solida tam fragilis animus conceperit.*

Não corras o risco de aquele que vier a admirar, de fora, os teus escritos se interrogar como tamanha grandeza e tamanha firmeza pode um tão frágil coração tê-las concebido.

Como será igualmente irónica, por certo, esta outra afirmação, aparentemente escusada e só compreensível se radicada no velho princípio retórico da antífrase, ao sugerir aquilo que, de facto, nega (5.2):

*Neminem esse toto orbe terrarum qui delectetur lacrimis tuis audac-
ter dixerim.*

Atrevo-me a dizer que ninguém existe em todo o universo que tenha a ousadia de colher deleite em teu pranto.

Poderiam considerar-se igualmente de natureza irónica as recomendações e advertências no sentido de que Políbio assumia o comportamento digno de um homem de estado e não a atitude de um qualquer vulgar cidadão. São palavras que, se tomadas à letra, denotam o reconhecimento de um estatuto invulgar ao destinatário, porventura pouco consentâneo com o menosprezo que o filósofo, decerto, lhe votaria. Uma vez mais, a leitura pode apontar para uma de duas vias: ou se trata de sátira subtil, eivada de ironia, ou de atitude de desespero por parte de Séneca, que o leva a cair na mais abjecta lisonja e adulação, cedendo os princípios da dignidade ao desejo de libertação. Diz o filósofo, em relação a Políbio, que (6.3 e 6.4):

- a) lhe não é lícito, no desgosto, assumir atitude idêntica à de seus irmãos;
- b) a opinião pública exige e espera dele muito (*multum a te homines exigent, multum expectant*);
- c) se quisesse ter o direito de assumir atitudes vulgares, deveria ter evitado ascender a posições de relevo;
- d) não tem o direito de pôr em causa a sua reputação, de modo a que os que o veneram e admiram se arrependam disso;
- e) não tem o direito de chorar desmesuradamente;
- f) não tem o direito de prolongar o sono durante o dia, de procurar no repouso do campo o refúgio em relação ao tumulto da cidade, de buscar o descanso do corpo em viagem, de se recrear com espectáculos, de dispor a seu bel-prazer do seu tempo.

E conclui: não lhe são permitidas muitas coisas das que são lícitas aos de condição mais humilde, porque *magna seruitus est magna fortuna* — ‘é enorme escravidão a enorme fortuna’.

Ironia? É possível. Mas não será mais simples descortinar aqui uma estratégia retórica que visa a auto-reabilitação? Ao falar assim, Sêneca, por um lado, reabilita-se, na medida em que se autojustifica, no que toca a algumas fraquezas do seu comportamento durante a permanência na Córsega — ele não é uma figura pública, não tem envergadura de homem de estado, logo assistem-lhe direitos que são vedados a Políbio; por outro lado, abre as portas ao desenrolar da sua estratégia perante o poder, a qual visa, em última análise, a revogação da pena imposta.

Clarifiquemos este ponto de vista, prosseguindo, se a ousadia é permitida, o raciocínio implícito de Sêneca: ‘tu não podes agir assim, porque um homem de estado não tem o direito de queixar-se, lamentar-se, sofrer, direito este que só assiste ao homem comum. Ora, eu sou um homem comum; logo, assiste-me um tal direito.’

O filósofo, é verdade, não conclui o raciocínio. Seria óbvio em demasia e indigno do seu talento. Mas... será que o não sugere? Será que nos não deixa plena liberdade para inferirmos, das suas palavras, esta lógica?

Atentemos no início do texto, em um fragmento que costuma passar praticamente despercebido, e veremos como é sugerida esta pista de interpretação; é o momento em que se contrapõem os dois prantos — o do autor e o do seu destinatário (2.1):

Nam, si quicquam tristitia profecturi sumus, non recuso quicquid lacrimarum fortunae meae superfuit tuae fundere; inueniam etiamnunc per hos exhaustos iam fletibus domesticis oculos quod effluat, si modo id tibi futurum bono est.

Se algum proveito havemos de tirar da tristeza, não enjeito misturar o que sobeja do pranto pela minha sorte com o da tua; hei-de ainda descobrir, nestes olhos exauridos de lágrimas pessoais, um resto de caudal.

«Olhos exauridos de lágrimas pessoais»: quando Sêneca se abalança ao conforto de Políbio, já pouco lhe resta de pranto; a sua capacidade de chorar tinha-se, por assim dizer, esgotado em si mesmo. E, como se disse, é um direito que lhe assiste, por ser um homem comum e não uma figura de estado.

Esta é, a meu ver, a real fundamentação da bem arquitetada estratégia retórica na *Consolação a Políbio*: abre com a solidariedade na dor,

sem deixar, desde logo, de manifestar que também ele padece, e de sofrimento não menos profundo; prossegue com a lisonja, a adulação, mas não sem uma ponta de ironia, cujos efeitos atenua de imediato — quando recorda a Políbio o seu estatuto de figura pública, isto é, quando o deixa sem possibilidade de resposta à mal disfarçada sátira; veda a Políbio, homem público, o direito à dor, mas invoca-o implicitamente para si mesmo, por ser figura de menor importância e cidadão vulgar.

Isso lhe permite dar mais um passo, agora de aproximação ao Imperador. Políbio mais não será, portanto, que um meio para atingir um fim.

Como se viu atrás, deseja para Cláudio os maiores êxitos e uma longa vida. E, à semelhança de Ovídio, que também assim chegou a agir, enaltece-lhe a *clementia*; não porque esteja convicto de tal afirmação; mas porque, ao elogiar a magnanimidade do Imperador, está implicitamente a convidá-lo a fazer dela prova, concedendo-lhe o perdão.

A *clementia* é a virtude que nele ocupa lugar mais destacado (*primum obtinet locum*, 13.2); e continua:

Nec enim sic me deiecit ut nollet erigere, immo ne deiecit quidem, sed impulsus a fortuna et cadentem sustinuit [.....] deprecatus est pro me senatum et vitam mihi non tantum dedit, sed etiam petiit.

E não me prostrou a um ponto tal que não tivesse intenção de de me reerguer; mais, nem sequer me prostrou, mas, ao contrário, quando eu era derrubado pela fortuna e caía já, susteve-me [.....] intercedeu em meu favor no Senado, e a vida, não apenas me concedeu, mas, mais ainda, pediu-a para mim.

O elogio da clemência imperial prosseguirá pouco depois: a sua misericórdia percorre todo o universo (*totum orbem peruagantem*, 13.3); mesmo na própria Córsega ela se faz sentir, o que é motivo de esperança para si próprio, pois não crê que possa vir a ser o único a ficar no esquecimento (*non uereor ne me unum transeat*, 6.3); a exclamação final tanto pode significar a suma ironia (com laivos de cinismo), como a mais vil e incoerente humilhação, como, ainda, o desenlace de toda esta estratégia retórica: enaltece a afortunada (*felicem*) clemência de César, sublinha a sorte agradável que, dessa forma, têm os que vivem exilados durante o seu reinado, imunes a angústias e medos, crentes na esperança de dias melhores.

Estes elogios à clemência não são, no entanto, contíguos; situam-se em dois momentos bem próximos, é certo, mas separados pela súplica de

perdão. O discurso, neste ponto, encontra-se, uma vez mais, sabiamente arquitetado, com a súplica no cume, em lugar de destaque, ladeada, em dupla vertente, pela invocação da clemência, a virtude que permitirá à súplica obter sucesso (13.3):

Viderit: qualem uolet esse existimet causam meam; uel iustitia eius bonam perspiciat, uel clementia faciat bonam. Vtrumque in aequo mihi eius beneficium erit, siue innocentem me scierit esse, siue uoluerit.

Que ele pondere: como quiser que seja a minha causa, assim a julgue; ou que a sua justiça a tenha por boa, ou que a sua clemência a faça boa; ambos os desenlaces serão igualmente um benefício para mim, quer saiba que eu estou inocente, quer o assuma de vontade.

Sêneca, portanto, poderá ter agido com frieza e calculismo ao elaborar o texto consolatório endereçado ao valido do Imperador: para evitar dirigir-se expressamente ao detentor do poder, optou por um interlocutor que lhe ficava bem próximo, de modo a poder ter a certeza de que o eco das suas palavras iria além do seu próprio destinatário; de tal forma assim é que chega a diluir a fronteira que separa Políbio de Cláudio e, em dado momento (precisamente o da súplica), o destinatário do discurso é o segundo e não o primeiro; para obter o melhor resultado, desenvolve um percurso balizado por marcas que a oratória não enjeitaria — a afirmação da própria dor, a adulação ao destinatário (*captatio beneuolentiae*, a justificação da sua atitude suplicante, a petição ou súplica)²³.

O encerramento da *Consolação a Políbio*, em jeito de remate ou conclusão, fundamenta, de algum modo, a leitura aqui proposta; é estranho que se não costume dar atenção a esse parágrafo final.

Aí, Sêneca parece ter-se esquecido do destinatário e dos objectivos últimos de um texto consolatório; ao invés de concluir com uma esperada exortação a Políbio, no sentido de lhe recomendar firmeza, ânimo, coragem, põe a tónica em si mesmo e finaliza com o retrato negativo e sofredor da sua própria condição de desterrado (18.9):

Haec, utcumque potui, longo iam situ obsoleto et hebetato animo composui. Quae si aut parum respondere ingenio tuo aut parum mederi

²³ Neste sentido, a interpretação de Diderot encerra um juízo de valor excessivamente negativo e desajustado na censura que deixa transparecer: «Je me suis mis à la place de Polybe: j'ai reçu son ouvrage; je l'ai lu, et je me suis dit: ou Sénèque se moque de moi et de l'empereur, et c'est un insolent; ou c'est un lâche, ou c'est un sot...» (*ibidem*, p. 215).

dolori uidebuntur, cogita quam non possit is alienae uacare consolationi quem sua mala occupatum tenent, et quam non facile latina ei homini uerba succurrant, quem barbarorum inconditus et barbaris quoque humanioribus grauis fremitus circumsonat.

Todas estas palavras, tanto quanto me foi possível, eu as redigi de coração destrozado e enfraquecido por larga inércia. Se te parecer que pouco são para ombrear com a tua valia, que pouco são para te confortar na tua dor, tem em conta que não pode estar disponível para consolação alheia aquele a quem os seus próprios males mantêm absorvido; e que não é fácil fazer uso de palavras latinas àquele em volta de quem soa a algaraviada incompreensível dos bárbaros, penosa, até, aos ouvidos dos próprios bárbaros mais humanos.

Aqui se evidenciam, sem qualquer subtilidade, alguns dos *tópoi* característicos da literatura de exílio: a inércia prolongada; a obsessão da dor; a incapacidade de pensar ou escrever, em resultado do sofrimento constante; o contacto com uma língua estrangeira, bárbara.

Esta é, assim, uma conclusão que mais parece o epílogo de um libelo de autodefesa do que a exortação final de um texto consolatório; o que demonstra, se dúvidas houvesse, ter sido esse o objectivo que presidiu à estratégia assumida desde o início.

6. REMATE

Parece claro que Séneca, a despeito das suas convicções estóicas, mais ou menos enraizadas, não logrou superar as agruras do desterro que lhe foi imposto. Provam-no, compreensivelmente, os poemas que, a serem autênticos, compôs durante esse período. Mas, ainda que seja posta em causa, com fundamento, a autoria dos versos, provam-no também ambas as consolações que da Córsega endereçou, primeiro a sua mãe, depois a Políbio. Em um e outro textos é visível um retrato pessimista da terra de exílio e das condições em que ali vive, nem um nem outro escondem um coração sofredor, incapaz de suportar os tormentos da ausência, a provação de uma vida social e política activa.

Os preceitos que se esforça por apontar aos seus destinatários não conseguem disfarçar a incapacidade, por parte de quem os escreve, de os tomar como princípios orientadores para si mesmo.

A ser assim, poderia presumir-se de uma incoerência pouco digna de quem pretensamente assumia a resistência e firmeza ante a desgraça, como via de acesso à condição de *sapiens*.

A verdade, porém, é que a estrutura retórica de ambas as consolações deixa adivinhar uma estratégia bem architectada, com vista a um objectivo preciso: conseguir fazer chegar a Roma, por via indirecta, um apelo de clemência, alcançar do Imperador a revogação da pena e a reintegração no espaço social da *Vrbs*.²⁴

Olhadas assim, tanto a *Consolação a Hélvia*, como a *Consolação a Políbio*, em particular esta última, talvez possam ver atenuada a suspeição de indignidade e incoerência que sobre ambas tem recaído. Doseando, de facto, através da ironia, para que a sua dignidade saia menos ferida, a adulação a Políbio, Séneca consegue tomar por destinatário o próprio Imperador — e é a ele que faz chegar um compreensível e bem fundamentado apelo de perdão.

Verdade seja que mesmo esta posição de suplicante traduz alguma humilhação pouco compatível com a atitude de um verdadeiro seguidor da *stóia*; mas não é menos verdade que esse seria um percurso que Séneca viria a trilhar no futuro — se é que, alguma vez, a árdua vereda que conduz à construção do *sapiens* pode considerar-se consumada.

²⁴ Leitura semelhante é a de A. FERRILL, «Seneca's exile and the *Ad Heluiam*: a reinterpretation»: *Classical Philology* 61(1966)253-257, que depreende, na concepção global de ambos os textos, um comportamento com objectivos políticos bem definidos. No tocante à importância da estrutura retórica da *Consolação a Políbio*, vd. E. JACOBY, «Intorno alla *Consolatio ad Marciam* e alla *Consolatio ad Polybium* di Seneca»: *Reale dell'Istituto Lombardo di Scienze e Lettere. Rendiconti serie II*, 64.1-4 (1931)85-96; e ID., «Fonti retoriche delle Consolazioni di Seneca a Marcia e a Polibio»: *Ibidem*, 559-568.